OS PRÓXIMOS 10 ANOS PARA A INFÂNCIA BRASILEIRA – DESAFIOS E PERSPECTIVAS

21° Café com Sustentabilidade

FEBRABAN

CAROS (AS) LEITORES (AS),

Em junho de 2007, a FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos deu início a uma série de cafés da manhã com o objetivo de discutir temas relacionados à sustentabilidade que afetam o dia a dia dos bancos e seus stakeholders. São convidados para os eventos representantes dos bancos associados, de organizações sociais e governamentais, federações e formadores de opinião.

Com essa iniciativa, denominada Café com Sustentabilidade, a FEBRABAN espera promover a reflexão crítica e qualificada sobre esse conceito, contribuindo para a convergência de objetivos dentro do setor.

Essa publicação tem o papel de disseminar e multiplicar conhecimentos e experiências. A seguir, você conhecerá o conteúdo apresentado e debatido em 27 de outubro de 2010, durante o 21º Café com Sustentabilidade.

Boa leitura!

Comissão de Responsabilidade Social e Sustentabilidade - FEBRABAN

OS PRÓXIMOS 10 ANOS PARA A INFÂNCIA BRASILEIRA

DESAFIOS E PERSPECTIVAS

O desenvolvimento de projetos voltados à infância e adolescência brasileiras e o investimento neles foram debatidos no 21° Café com Sustentabilidade. O encontro aconteceu em 27 de outubro de 2010 no auditório da FEBRABAN, em São Paulo.

O recém lançado Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos do Milênio foi foco da apresentação de José Aparecido Carlos Ribeiro, técnico de pesquisa e planejamento da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com atenção especial às conquistas na área da infância e os desafios para os próximos anos.

As principais diretrizes que envolverão a Política e o Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente foram detalhadas pela especialista em Saúde Coletiva Maria de Lourdes Magalhães, servidora pública do Ministério da Saúde e Conselheira-suplente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

Como moderador, esteve presente Fabio Ribas, diretor-executivo da Prattein, empresa de consultoria em políticas, programas e pesquisas nas áreas de educação e desenvolvimento social.

ABERTURA

Durante a mensagem de boas vindas, o diretor de Responsabilidade Social e Sustentabilidade da FEBRABAN, Ricardo Terenzi, frisou o sucesso do Café com Sustentabilidade, que chega à sua 21ª edição. "Ficamos orgulhosos não apenas pelo tempo que dura o projeto, mas também pelo envolvimento do público que nos prestigia", destacou.

O momento foi propício para o tema, de acordo com Terenzi, por dois motivos: o período do ano e os recursos incentivados que os bancos destinam, e as recentes alterações que a regulação da questão da infância e adolescência tem sofrido ao longo dos últimos meses.

As oportunidades e avanços do setor na área de investimento social estão sempre em pauta nas reuniões da Comissão de Responsabilidade Social e Sustentabilidade da FEBRABAN. "Desde 2007, nós mantemos um Grupo de Trabalho (GT) que trata especificamente da temática da criança e do adolescente. O GT tem entre seus objetivos estimular o setor a participar de maneira cada vez mais efetiva da destinação dos seus recursos, além de atualizar constantemente os nossos associados em relação ao assunto", explicou o diretor.

Em outubro de 2009, a Federação promoveu um evento para apresentar a nova resolução do Conanda, que iria dispor sobre recomendações para o processo de destinação fiscal aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente (FDCA). Após a aprovação do documento, em setembro de 2010, outro encontro foi organizado para apresentar detalhadamente aos bancos a nova resolução e suas implicações práticas.

A atuação da FEBRABAN tem evoluído, não só incentivando cada vez mais a participação dos bancos, mas trocando experiências e conhecimentos permanentemente. Terenzi ressaltou o envolvimento dos funcionários, que também destinam parte do seu Imposto de Renda como pessoas físicas, e dos clientes das instituições financeiras.

O material da Campanha FEBRABAN pelos Direitos da Criança e do Adolescente foi todo atualizado e o público presente ao 21º Café com Sustentabilidade teve a oportunidade de recebê-lo em primeira mão. A atualização do folder, da cartilha, do manual técnico e do hotsite www.febraban.org.br/fia foi resultado do trabalho do GT, em parceria com a consultoria Prattein.

JOSÉ APARECIDO CARLOS RIBEIRO

Técnico de Pesquisa e Planejamento da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Questões gerais de políticas sociais e pontos específicos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) foram foco da apresentação de Ribeiro. Os ODM, de acordo com ele, são um acordo firmado em torno da Organização das Nações Unidas (ONU), em que vários países do mundo definiram uma série de metas para enfrentar problemas relacionados à pobreza, à educação, à questão de gênero, ambiental etc. O Brasil está entre esses países e estabeleceu algumas metas até mais arrojadas do que as mundiais. "O IPEA, desde sempre, ajudou a elaborar o relatório Brasil do ODM", contou. Está disponível para download no site do IPEA um trabalho didático e de fácil leitura, que explica a que se referem os objetivos, com números e questões conceituais.

"Ainda que se fale muito sobre novidades, como Bolsa Família, Estatuto do Idoso ou mudanças no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a política social é uma construção em camadas, cuja trajetória é histórica e antiga. Remete aos anos 20 e 30, às primeiras ações nas áreas de previdência, saúde, assistência e direitos do trabalho. No final dos anos 70 e começo dos 80, a partir da abertura democrática, a pauta social volta com força até desaguar na Constituição de 1988, que é um marco importante porque universaliza certas políticas e amplia outras.", explicou o palestrante.

Políticas sociais no Brasil

- Conjunto de políticas de Estado (programas, ações, regulações) que buscam atender aos direitos sociais e a um conjunto de necessidades advindas das situações de: risco social; de preparo para o trabalho e cidadania; e das distorções alocativas de bens e serviços públicos e privados.

- Os direitos e necessidades são definidos a partir do processo histórico de cada sociedade específica.

- Os direitos sociais têm como base a cidadania e não o desempenho, (direitos sociais adquirem status legal de direito de propriedade e são invioláveis), o que implica a desmercadorização do status dos indivíduos vis-a-vis o mercado.

Algumas características:

- Políticas sociais são formas mais ou menos institucionalizadas que as sociedades vão construindo a partir de seu processo histórico para proteger e/ou promover parte ou todos os seus membros.

- No Brasil é, em grande medida, efetuada enquanto programas e ações do Estado para atender direitos sociais e **cobrir riscos, contingências e necessidades:**
  - Está afetando vários dos elementos que compõem as condições básicas de vida da população, inclusive aquelas que dizem respeito à **pobreza** e à **desigualdade**.

- Começa a regular direta ou indiretamente o volume, as taxas e os comportamentos do emprego e do salário na economia.

- Busca se organizar em caráter de sistemas mediante:
  - **articulação nacional;**
  - **com mecanismo de financiamento**.

Ribeiro mostrou uma série de quadros que dividiam os objetivos da política social entre proteção social e promoção social. Abaixo, está reproduzido o primeiro deles, que diferencia o tipo de ação de cada uma e os riscos, contingências e necessidades.

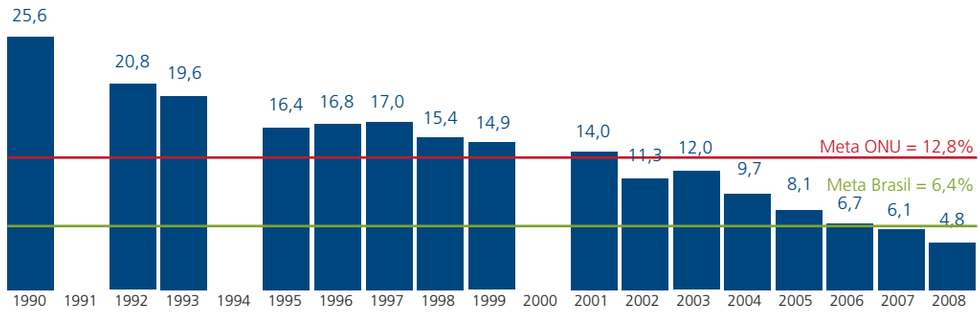
Políticas econômicas e sociais são fundamentais para se atingir os Objetivos do Milênio

- A Constituição Federal de 1988 (Sistema Único de Saúde, piso previdenciário e assistencial de um salário mínimo, Previdência Rural e Benefício de Prestação Continuada).
- A estabilidade monetária tem sido fundamental.
- A partir de 2002, o mercado de trabalho e as políticas sociais garantiram melhor distribuição dos frutos do crescimento econômico. A expansão dos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, teve papel importante no combate à fome e à pobreza.
- A política do salário mínimo tem sido um dos mais importantes fatores de promoção do bem-estar nos últimos anos.
- A continuidade e a articulação das políticas sociais ajudaram as famílias pobres a terem renda e suprirem outras necessidades além da renda, por meio de serviços públicos.
- A estratégia de crescimento inclusivo com redistribuição ajudou o Brasil a atravessar a crise financeira internacional de 2008.
- Indivíduos e/ou grupos marginalizados pela falta de oportunidades no mercado.

Algumas metas dos Objetivos do Milênio

A pobreza extrema é hoje menos de um quinto daquela registrada em 1990. Como mostra o gráfico abaixo, a meta de se atingir 6,4% da população sobrevivendo com menos de US$ 1,25 por dia foi alcançada pelo Brasil em 2008.

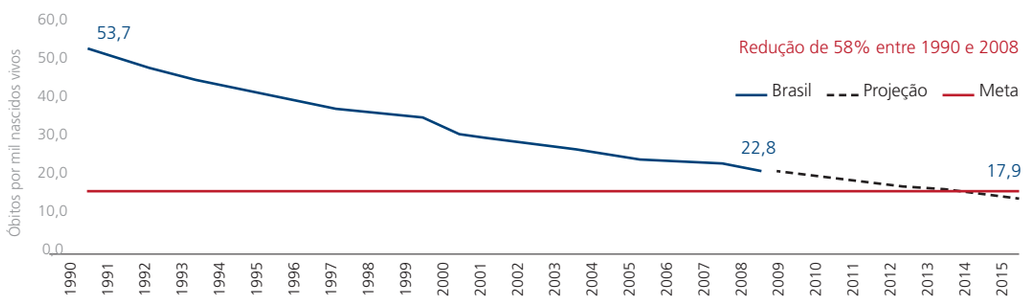
Porcentagem da população sobrevivendo com menos de US$ PPC 1,25 por dia



Fontes: Renda IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD.
Fatores PPC: Nações Unidas. Divisão de Estatísticas (Banco Mundial, ICP 2005).
Inflação média anual do Brasl e dos EUA: Fundo Monetário Internacional, World Economic Outlook, 2009.

A meta estabelecida para a taxa de mortalidade na infância, de acordo com dados do Ministério da Saúde, pode ser atingida antes do prazo. Houve uma redução de 58% entre 1990 e 2008, e se continuar decrescendo no mesmo ritmo dos últimos 20 anos, a meta de 17,9 óbitos por mil nascidos vivos será atingida em 2013.

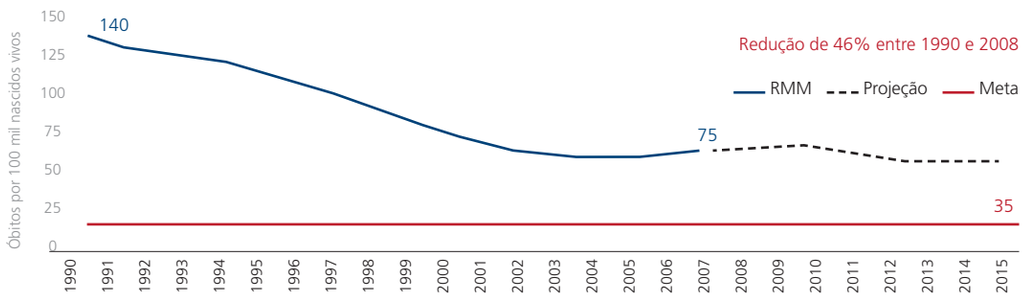
Taxa de mortalidade na infância (por mil nascidos vivos). Brasil, 1990 a 2008* e proteção até 2015



Fonte: CGIAE/DASIS/SVS/MS *Dado Preliminar

Já no que diz respeito à morte materna, houve significativa redução (46% no mesmo período), mas o Brasil ainda não está próximo de alcançar a meta de 35 óbitos por 100 mil nascidos vivos.

Razão de mortalidade materna (por 100 mil nascidos vivos)*. Brasil, 1990 a 2007 e proteção até 2015



Fonte: CGIAE/DASIS/SVS/MS Nota: Valores ajustados

MARIA DE LOURDES MAGALHÃES

Especialista em Saúde Coletiva, Servidora Pública do Ministério da Saúde e Conselheira-Suplente do Conanda

No início de sua apresentação, Maria de Lourdes explicou, em linhas gerais, como são distribuídos os temas tratados pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). O trabalho é realizado por quatro comissões: de Orçamento e Finanças, que cuida dos assuntos relativos ao Fundo da Infância e Adolescência (FIA) e interage frequentemente com o público que estava presente; de Políticas Públicas, da qual ela faz parte; de Assessoria Parlamentar e Direitos Humanos, que trata de assuntos que envolvem a violação de direitos e articula questões legislativas com o Parlamento; e a de Mobilização.

"Os cenários e indicadores que o José Aparecido trouxe nos desafiam a pensar se as políticas públicas estão no rumo certo, em direções adequadas. Tendo em vista que os recursos são finitos, temos sempre que fazer escolhas mediante a indicação de prioridades", disse Maria de Lourdes, interagindo com o outro palestrante. "Embora muitos dos indicadores mostrados sejam motivo de comemoração, outros apontam grandes desafios e nós vamos mostrar como estamos desenhando a Política Nacional e o Plano Decenal, pensando nas possíveis intervenções e nas soluções, é claro".

Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e o Plano Decenal 2011-2020

> *Enfatizamos nosso compromisso de criar um mundo para as crianças, onde o desenvolvimento humano sustentável, levando em conta os melhores interesses das crianças, é construído nos princípios da democracia, da igualdade, da não discriminação, da paz, da justiça social, da universalidade, indivisibilidade, interdependência e inter-relação a todos os direitos humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento.*
> (Um mundo para as crianças, Nações Unidas, 2002)

Processo de construção da Política Nacional e do Plano Decenal

Para dar um panorama "de onde partimos", a palestrante citou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), mas também e, principalmente, a realização da **8ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**, ocorrida no final de 2009. No total, foram realizadas 2.611 conferências municipais, 260 regionais e 27 estaduais, que culminaram no evento nacional. O balanço da participação da sociedade nesse processo foi de 645 mil pessoas, sendo um terço de adolescentes. De acordo com Maria de Lourdes, as sete conferências anteriores também devem ser destacadas pela sua importância no processo de implementação do ECA e como subsídios para a construção da atual Política e do Plano Decenal.

Com intuito de sistematizar a Política e o Plano, foi constituído um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), coordenado pelo Conanda e pela Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (Snpdca/SDH/PR). Vinculada à Secretaria de Direitos Humanos, a Snpdca/SDH/PR foi criada para assessorar o Presidente da República nas questões relativas às políticas e diretrizes voltadas à promoção dos direitos de crianças e adolescentes. Já o Conanda é um órgão permanente, criado pela Lei nº 8.242/91, composto de forma paritária entre governo e sociedade, intersetorial, com 14 ministérios e secretarias de governo e igual número de organizações representativas da sociedade civil.

À época deste Café com Sustentabilidade, o Plano Decenal estava em consulta pública, portanto ainda em construção. Como haveria o segundo turno das eleições no mês seguinte, Maria de Lourdes estava prevendo algum atraso no processo, mas que não afetaria o objetivo maior de se avançar de uma política de Governo para uma de Estado, tendo em vista o horizonte de dez anos.

Subsídios produzidos pelas Conferências municipais, distrital, estadual e nacional.

Mapeamento das Diretrizes da política.

Teses sobre Diretrizes da política nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

deliberado na 8° Conferência Nacional

Subsidiará proposta de Plano Decenal

Aprovado pela Conanda

Assinado um Termo de Compromisso em 2010 com os presidenciáveis

Foram estabelecidos para a Política oito princípios, cinco eixos de ação, 14 diretrizes e 32 objetivos estratégicos. O Plano traz o mesmo número de objetivos estratégicos e mais 90 metas.

PRINCÍPIOS

1. Universalidade dos direitos e das políticas
2. Igualdade e direito à diversidade
3. Proteção integral para crianças e adolescentes
4. Prioridade absoluta para crianças e adolescentes
5. Reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos
6. Descentralização político-administrativa
7. Participação e controle social
8. Intersetorialidade e trabalho em rede

Eixos da Política

1. Promoção dos direitos de crianças e adolescentes
2. Proteção e defesa dos direitos
3. Participação de crianças e adolescentes
4. Controle social e efetivação dos direitos
5. Gestão da política

Consulta Pública

O objetivo da consulta pública (com prazo final em 30/11/10), segundo Maria de Lourdes, é de se chegar a um documento de fácil entendimento, que possa ser divulgado e amplamente debatido, tendo presente a sua dimensão pedagógica, de divulgação e afirmação dos direitos de crianças e adolescentes. A implementação da Política e do Plano depende do seu grau de disseminação e da adesão alcançada.

Para mais informações: http://www.direitosdacrianca.org.br.

O DEBATE

Os dois convidados e o mediador do 21° Café com Sustentabilidade compuseram a mesa do debate. A seguir, alguns dos pontos discutidos:

- O presidente-executivo do Conselho Estadual dos Secretários Municipais da Administração do Estado de São Paulo, Jorge Luiz dos Santos, elogiou a iniciativa da FEBRABAN. Membro do núcleo dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio em SP, Santos lembrou que os ODM foram assinados em 2000 por 147 países, dos 182 membros da ONU. Ele convidou os presentes a se juntarem ao movimento e disse ser fundamental a participação da sociedade.

- Alexis Pomerantuff, delegado Nacional da Defesa Civil, parabenizou Maria de Lourdes, pois acredita que a área de saúde seja muito importante, mas alertou para o fato de seu sucesso depender do sucesso do sistema de educação. "Pois sem informações, as pessoas não têm acesso aos serviços de saúde", acredita.

A gerente de Sustentabilidade do HSBC e membro do Comitê de Responsabilidade Social e Sustentabilidade da FEBRABAN, Eliziane Gorniak, destacou o esforço do Conanda ao longo dos últimos meses para a consolidação dos dados e perguntou se já havia chegado a fase de discutir como as informações seriam "devolvidas" aos Conselhos Estaduais e Municipais. Ela gostaria de saber se já havia se pensado uma estratégia para fazer com que as pessoas que vão executar a Política e o Plano realmente se apropriem deles. Maria de Lourdes explicou que o Conanda já vinha promovendo a articulação com os Conselhos desde o princípio da 8ª Conferência e que havia uma reunião programada para os dias 10 e 11 de novembro com todos os Conselhos Estaduais. "Este será um momento de discussão sobre o conteúdo do documento e também aproveitaremos para assinar um termo de compromisso com cada um deles. Afinal, estamos todos trabalhando para alcançar um objetivo comum", completou.

O representante da Ordem dos Parlamentares de São Paulo, Leonel Aguiar, quis saber de José Aparecido se nos últimos oito anos houve efetivamente uma inclusão social em função da progressão da renda. Ribeiro acredita que existem dois marcos importantes: um é a Constituição de 1988, que adquiriu concretude ao longo dos anos 90 e teve impacto no combate às desigualdades e à pobreza; e houve também uma aceleração muito clara nesse sentido nos últimos oito anos, com a recuperação do nível de crescimento econômico de forma geral. "A renda dos mais ricos está crescendo entre 4 e 5% ao ano, enquanto a renda dos mais pobres cresce cerca de 7 a 8%", constatou.

OPINIÕES

"O panorama dos resultados das conquistas na área da infância, apresentado por José Aparecido Carlos Ribeiro, e a explanação de Maria de Lourdes Magalhães propiciaram-nos uma visão da evolução do Brasil em relação às metas dos Objetivos do Milênio. Ao mesmo tempo, mostrou os desafios e obstáculos a serem superados, além da necessidade de que o conjunto de ações do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente seja monitorado e avaliado, para demonstração à sociedade de seus impactos."
Deborah Iglesias, Sócia-Diretora da Inclusiva – Agência de Negócios Sociais

"No ano em que comemoramos 20 anos do ECA, as discussões do 21º Café com Sustentabilidade foram de grande relevância. A apresentação de José Aparecido Carlos Ribeiro acerca do 4º Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos do Milênio, reforçou aos presentes a necessidade e urgência de refletir e envidar esforços para investimentos concretos em defesa das crianças e adolescentes."
Marco Aurélio Zanote, Gerente Executivo da Fundação Bradesco

"O 21º Café com Sustentabilidade foi de grande valia, agregou valores ao nosso projeto de sustentabilidade. A discussão sobre crianças e adolescentes reforça o compromisso das empresas com a sociedade em relação às políticas de responsabilidade social. Uma importante iniciativa e um instrumento que alinha a preocupação da sociedade quanto ao desenvolvimento sustentável com a prática. Os cases apresentados foram ótimos exemplos de caminhos para ações concretas."
Andréa Merighi, Treinamento & Desenvolvimento do Grupo Multicobra

CRÉDITOS:

Redação	*Fotos*	*Projeto Gráfico*	*Coordenação*
Luana Raggio	Rafael Rezende	fmcom	Mário Sérgio Vasconcelos

FSC Fontes Mistas
Grupo de produto proveniente de florestas bem manejadas e fontes controladas
www.fsc.org Cert no. SW-COC-003347
© 1996 Forest Stewardship Council

Café com
Sustentabilidade
FEBRABAN

FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos
Av. Brigadeiro Faria Lima, 1485, 15º andar
CEP 01452-921 | São Paulo | SP

www.febraban.org.br